

Município de : SÃO LUIZ GONZAGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2028

| PODER EXECUTIVO | | | |
|--|---------------|----------------|----------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 |
| Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF) | 97.709.699,86 | 105.615.345,30 | 113.814.536,82 |
| Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 92.824.214,86 | 100.334.578,03 | 108.123.809,98 |
| Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 87.938.729,87 | 95.053.810,77 | 102.433.083,14 |

| PODER LEGISLATIVO | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 |
| Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea “b” do inciso III do artigo 20 da LRF) | 10.856.633,32 | 11.735.038,37 | 12.646.059,65 |
| Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 10.313.801,65 | 11.148.286,45 | 12.013.756,66 |
| Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 9.770.969,99 | 10.561.534,53 | 11.381.453,68 |

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea “a” do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, **ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;**

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.